

CARREIRA PROFISSIONAL E ATIVISMO SOCIAL: AS LÓGICAS DO ENGAJAMENTO NA DEFESA DE CAUSAS

*Fernanda Rios PETRARCA**

RESUMO: Este artigo analisa as lógicas objetivas que conduzem ao engajamento profissional na defesa de causas sociais na cidade de Aracaju/Sergipe. Os procedimentos metodológicos consistiram na aplicação de questionários para profissionais que ocupam cargos em instituições voltadas às causas coletivas, com objetivo de identificar quem são, de onde vem e qual é a base principal de seus recursos sociais. Esse trabalho permitiu demonstrar o perfil social médio dos profissionais no que diz respeito às suas origens sociais, passado político e investimento profissional, assim como o papel das redes de relações formais e informais como os principais canais de acesso às causas.

PALAVRAS CHAVE: Atuação profissional. Engajamento individual. Ativismo social.

Introdução

A competência técnica e a formação acadêmica assumem, atualmente, um papel essencial no recrutamento e seleção dos quadros militantes, contribuindo para novas modalidades de usos da profissão e do título universitário nas carreiras daqueles que se engajam na defesa de causas sociais variadas, manifestada, sobretudo, na atuação em causas como: direitos humanos, homofobia, igualdade racial, meio ambiente, dentre tantas outras. O acionamento frequente, pelos movimentos sociais, destas competências, baseadas em domínios particulares do

* UFSE – Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação de Ciências Humanas. Aracaju – SE – Brasil. 49000-000 - f.petrarca@uol.com.br.

saber, pode ser comparado à utilização de instrumentos de mobilização coletiva tradicionais, muito mobilizados no passado, como as marchas, a manifestação de rua, a panfletagem e a greve.

Nesse sentido, o recrutamento de especialistas compõe o quadro de renovação das estratégias de mobilização dos movimentos sociais. Além disso, o papel dos profissionais é frequentemente objeto de discussão no interior dos movimentos sociais, os quais precisam criar constantemente novas formas de ação para legitimar seus ativistas e se integrar na dinâmica de financiamento de projetos, os quais passam a exigir cada vez mais a presença de *experts*. Dentro deste quadro, o profissional que mobiliza seu saber em prol de uma causa se torna um porta-voz autorizado cujo tipo específico de recurso é a sua formação técnica.

A literatura sobre ativismo e engajamento traz uma série de contribuições para examinar a relação entre a esfera profissional e o espaço da mobilização e de defesa de causas. Por um lado, tem-se problematizado a forma como diversos tipos de competências, dentre elas as profissionais, ajustam-se aos objetivos da ação militante, contribuindo para estruturar o espaço da mobilização. Uma das maneiras de dar conta disso é analisando a conjuntura sócio-histórica e os contextos particulares, uma vez que eles criam ciclos de engajamento e protesto. Tais ciclos contribuem para abrir espaços para os profissionais, criando oportunidades de engajamento e ação e produzindo, assim, mudanças nas formas de ação coletiva. Esta estrutura de oportunidades políticas, produzida por uma sucessão de protestos, cria as condições para que os atores possam acionar o seu conhecimento em favor determinadas causas, ajustando-se às mobilizações (McADAM; TARROW; TILLY, 2009; OLIVEIRA, 2009, 2010; PETRARCA, 2008).

Por outro lado, destaca-se a investigação das disposições individuais, dos recursos sociais que dispõem os agentes para se engajar profissionalmente na defesa de causas e como ocorre a retribuição da ação militante (AGRIKOLIANSKI, 2002, 2010; DAUVIN; SIMÉANT, 2002; GAXIE, 2005; FILLIEULE, 2009; LECHIEN, 2002; MEIMON, 2004). Em outras palavras, quem são os profissionais prontos a investir na defesa de causas? E o que ganham com isso? A problemática central está voltada para compreensão das lógicas objetivas que conduzem ao engajamento militante e que podem ser analisadas por meio dos processos de socialização (familiar, cultural, político, profissional) que compõem as trajetórias sociais dos agentes.

Por fim, um conjunto de pesquisas tem concentrado esforços em compreender as carreiras e os engajamentos de si, ou seja, as percepções, as crenças diversamente elaboradas, interiorizadas e investidas na defesa das causas. Esta última questão nos coloca diante da possibilidade de examinar a forma como as percepções do

papel profissional se modificam e se ajustam às formas de engajamento, ganhando, desse modo, um sentido novo. Nessa direção, a atuação em espaços de mobilização coletiva conduz a reconversões ideológicas que permitem ressignificar o exercício profissional (COLLOVALD, 2002). O foco da problemática não está, portanto, na competência técnica em si, mas em como os percursos dos ativistas, suas inserções e experiências permitem mudar sua visão de si mesmo e do mundo, dando à formação técnica um novo significado.

Assim, uma das questões comuns que tem se colocado atualmente diz respeito à forma como o profissional militante é conduzido a fazer uso de dois registros de legitimação, que são as competências profissionais e a ação política (LOCHARD; SIMONET, 2009). Trata-se, portanto, do peso que exerce a multiposicionalidade, o multipertencimento, e as trajetórias e carreiras que se formam em diferentes universos. Desse modo, a figura do profissional militante e a sua carreira se ajustam na circulação entre o saber profissional e o engajamento político, entre a profissão, a associação e as instituições públicas. Esta múltipla inserção exerce um papel importante nos processos de re-elaboração da imagem do profissional e do sentido atribuído ao conhecimento especializado.

Estabelecidos estes parâmetros iniciais, este artigo analisa os profissionais que ocupam posições e desempenham atividades na qualidade de *experts* (técnicos qualificados) no interior de órgãos, grupos e movimentos que lutam em defesa de diferentes causas sociais e coletivas (feministas, raciais, ambientais, direitos humanos, etc.) na cidade de Aracaju/Sergipe¹. Nossa preocupação central está relacionada ao exame de quem são os profissionais prontos a investir nestas causas e apreender suas bases principais de recursos. Isso inclui uma investigação a respeito das suas origens sociais, suas formações universitárias, seus investimentos profissionais, seus engajamentos militantes e vínculos políticos. O material empírico é proveniente da aplicação de 60 questionários aos profissionais militantes, considerando os seguintes indicadores: a) de origem social: profissão e nível de escolaridade dos pais; escolas em que o entrevistado concluiu os níveis de ensino-fundamental, médio e universitário; b) de socialização profissional: onde e como começou a se inserir no mercado de trabalho específico a sua profissão (através de amigos, família, parentes, concursos, etc.), quais os diferentes cargos ocupados, os principais campos de atuação profissional e extra-profissional; c) de inserção na esfera política e em outras esferas sociais: participação no movimento estudantil, militância partidária, corporativismo ou sindicalismo, participação em grupos filantrópicos, religiosos e/ou de assistência social (ONGs, igrejas). Tais indicadores forneceram pistas importantes a respeito da estrutura de capital (cultural, político,

¹ Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq a quem agradecemos por nos oferecer as condições econômicas e estruturais para realização deste trabalho.

econômico) e posição social dos respectivos militantes. Assim, procuramos captar a lógica objetiva do pertencimento e apropriação do ativismo especializado.

Contudo, é preciso deixar claro que não pretendemos, com estas características gerais, pressupor que o gosto pela atuação na defesa de causas se situa apenas na atualização das disposições adquiridas em outros âmbitos, determinadas por um engajamento precoce ou ainda por uma origem social específica, ou seja, em disposições recicladas e atualizadas por novas experiências. Sabemos que tal gosto depende também de uma reconversão ideológica, cujo efeito será um conjunto de mudanças nas concepções de si e do mundo. O que pretendemos aqui é afirmar que uma das maneiras de compreendermos o engajamento dos profissionais na defesa de causas sociais é dando ênfase para a articulação entre um passado social (origens sociais, formação escolar, engajamento político) e um conjunto de lógicas objetivas.

Caracterização geral do universo estudado

Com base no material levantado, constatamos 22 instituições que contam com profissionais qualificados ocupando cargos relativos à sua formação acadêmica. Além disso, pode-se verificar que a defesa dos direitos humanos, incluídas aqui o direito da criança e do adolescente, a luta contra o racismo, a violência contra a mulher e o combate a homofobia, é a que mais agrega profissionais, com 72%. Em segundo lugar está a luta contra o câncer, com 17,8%, em terceiro, a defesa do meio ambiente, com 8,9% e, por fim, outras causas com 0,99%. Para estas últimas consideramos juventude, emprego e trabalho.

A atuação profissionalizada se manifesta na qualidade de técnicos em instituições filantrópicas e organizações não governamentais que atuam no auxílio a estas causas, bem como em comissões e redes formais organizadas por instituições profissionais, como a Ordem dos Advogados de Sergipe, e pela esfera estatal. No caso especificamente da defesa dos direitos humanos, a defesa da criança e do adolescente é a que mais se destaca, seguido do combate à homofobia e da luta contra o racismo.

Dentre os profissionais, pode-se identificar um montante de 101, distribuídos em vinte formações diversificadas, com destaque para as seguintes áreas: ciências sociais aplicadas (58 de 101); ciências humanas (23 de 101) e ciências da saúde (13 de 101). Entretanto, tratados em conjunto a partir do critério área, estes dados são pouco reveladores dos cursos que mais se destacam na inserção profissional no universo das causas. É dentro deste aspecto que podemos verificar que o direito

é o curso com maior frequência nas ciências sociais aplicadas, com 34 do total de 101, seguido dos médicos e enfermeiros (13 de 101), serviço social (11 do total de 101), e Jornalismo (9 do total de 101). Os demais se subdividem dentro das ciências humanas, com destaque para pedagogia (8 de 101) e psicologia (6 de 101). A alta concentração de profissionais do direito depende de um conjunto de lógicas situacionais e contextuais, uma vez que a ampliação do espaço do direito, no que diz respeito a sua atuação profissional na defesa de causas universais, contribui para uma maior inserção profissional na esfera do ativismo, permitindo assim a formação de um espaço de atuação profissional engajado (PETRARCA, 2014). Além disso, trata-se de cursos com uma maior aplicabilidade prática, o que contribui para intensificar suas atuações no espaço das defesas de causas.

No que concerne à variável sexo podemos perceber que 64% do universo é constituído por mulheres e 36% por homens. Este dado traz algumas indagações pertinentes, uma vez que a presença nas chamadas causas das mulheres, como aquelas associadas ao direito das mulheres ou a luta contra a violência de gênero, não se destacou. As mulheres - 78% delas- ocupam lugar no bojo das causas associadas aos direitos humanos, com destaque especial para a defesa do direito das crianças e dos adolescentes. Além disso, a profissão que mais se destacou entre elas foi, por um lado, o direito e, por outro, os ofícios associados às carreiras femininas, tais como enfermagem, psicologia, serviço social e pedagogia. Dentre as condições que explicam uma configuração notadamente mais feminina do que masculina, está a presença de mulheres em setores que tradicionalmente estão relacionados ao cuidado e que pressupõem uma habilidade em mediar conflitos e em lidar com problemas que, de algum modo, estão associados à expansão da vida doméstica, como por exemplo, as crianças, os idosos e os doentes. Há uma compreensão naturalizada destes setores como algo feminino e de atribuição das mulheres, o que influenciaria, portanto, as carreiras no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2016). No caso do direito, estudos têm demonstrado que a presença das mulheres na carreira jurídica é mais comum em áreas como o direito da família e nos juizados especiais, por constituírem carreiras mais relacionadas ao setor dos cuidados (BARBALHO, 2008; BARBALHO; BONELLI, 2008). Esta atribuição de gênero, vista tanto nos ofícios quanto no próprio espaço do engajamento, pode constituir um facilitador para o investimento feminino na militância profissional, permitindo às mulheres a mobilização de experiências tidas como mais femininas, como por exemplo, a luta contra o câncer no seio, direto ao aborto, defesa das crianças, dentre outras (FILLIEULE, 2009). Desse modo, afastadas de certas carreiras, elas encontram oportunidades em determinadas causas. O quadro 1 a seguir sintetiza esta caracterização inicial.

Quadro 1 – Caracterização geral

SEXO	CAUSAS	FORMAÇÃO
F: 64% M: 36%	Direitos humanos: 72% Luta contra o Câncer: 17,8% Meio Ambiente: 8,9% Outras: 0,99%	Direito: 33,6% Medicina/Saúde: 13,8% Serviço Social: 10,8% Jornalismo: 8,9% Outras: 33,7%

Fonte: Elaboração própria.

Os dados também mostraram que, de um lado, a maioria desses profissionais tem vínculos com o Estado, sendo este o maior empregador com seus conselhos e coordenadorias técnicas. O destaque é dado para os advogados, os quais ocupam a maioria das vagas profissionais em instituições estatais voltadas à defesa de causas. De outro lado, o centro das atuações recai para o universo das associações profissionais, em especial a Ordem dos Advogados do Brasil e as ONGs, às quais apesar de ocupar uma posição importante no universo das defesas de causas sociais atraem poucos profissionais.

Isso traz como um dos efeitos uma concentração maior de profissionais em entidades promovidas pelo Estado, tais como os conselhos, os centros de referência, as delegacias especializadas. Pode-se citar ainda outro efeito dessa caracterização, como já demonstram outros trabalhos, que é a oferta limitada de possibilidades de realização de carreiras profissionais no espaço da militância (PETRARCA, 2014). Uma das questões que tem sido levantada com base nisso é: qual o efeito dessa configuração nas carreiras profissionais dos militantes? E nas associações de recursos múltiplos?

É interessante observar também que em algumas causas, como a defesa do direito da criança e do adolescente e a luta contra o câncer, podemos identificar um conjunto de associações e grupos mais profissionalizados e fortemente institucionalizados, o que permite configurar uma situação de intensa oferta aos profissionais. Nessa linha, podemos citar algumas iniciativas que ilustram esta situação, como a do Instituto Braços (SERGIPE, s.d.), voltado ao direito da criança e do adolescente, e duas associações voltadas à causa do câncer: a Associação dos Voluntários a Serviço da Oncologia em Sergipe (AVOSOS) e o Grupo de Apoio a Crianças com Câncer (GACC). Com relação à primeira, trata-se de uma instituição que atua na área do direito e que apresenta projetos com financiamento estatal, o que lhe permite realizar contratações de diversas áreas. Já com relação às demais, pode-se observar que a AVOSOS possui um quadro de 42 funcionários integrando várias equipes, dentre as atividades técnicas, dentre as quais estão médicos, dentistas,

nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos. Além de contar com o apoio financeiro de empresas públicas e privadas, possui aproximadamente 158 voluntários em diferentes áreas e uma sede própria capaz de prestar atendimento a 300 pacientes. A GACC possui aproximadamente 32 funcionários integrando várias equipes, dentre as técnicas, voltadas ao atendimento médico e recebe aproximadamente 50 pacientes.

Desse modo, o que se percebe é que a institucionalização de algumas causas e sua dinâmica própria de expansão contribui para a formação de um espaço de possibilidades, oferecendo as condições para a realização de carreiras que se constituem pela dupla relação entre profissão e ativismo. Seguindo na direção do que outros trabalhos já têm demonstrado, o processo de estruturação de uma causa pode conduzir a um incentivo de participação, estimulando os profissionais a aderirem em sua defesa, oferecendo inclusive oportunidades num mercado de trabalho (TARROW, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Perfil social dos profissionais na defesa de causas: faixa etária, formação e qualificação

Do conjunto de 101 profissionais engajados na defesa de causas e cadastrados no momento inicial da pesquisa, conseguimos atingir um total de 60 deles conquistando, portanto, 60% do universo, para os quais aplicamos um questionário detalhado organizado em torno de três eixos: origens sociais (profissão, escolaridade e engajamento político e partidário dos pais); percurso escolar e trajeto profissional e inserção política e militante. Nestes tópicos seguintes trataremos do perfil social destes profissionais com o intuito de apreender as lógicas objetivas que estão associadas ao investimento militante.

Uma primeira caracterização deste universo diz respeito à idade, a partir da qual podemos perceber que 40% estão na faixa dos 22-32 anos; 31,7% na faixa dos 33-43; 21,7% na faixa dos 44-54. Este dado é particularmente relevante uma vez que caracteriza uma faixa etária que está recém concluindo seu curso de formação superior e ingressando no mercado de trabalho. Podemos ainda articular este dado com o período de formação do curso superior, o qual apresenta uma concentração recente, com destaque para a década de 2000, com 68,3%, e 40% concluíram entre os anos 2005-2010. Além de representar uma população jovem, trata-se de profissionais recém formados, aspirando inserção no mundo do trabalho. Esta constatação pode ser entendida como uma das condições objetivas que determinam a inserção profissional na defesa de causas, pois a necessidade de inserção no mercado de emprego pode se constituir como um dos grandes estimuladores do engajamento, configurando uma

nova situação no espaço de trabalho profissional. Nesse sentido, o engajamento na defesa de causas permite ampliar as possibilidades de investimentos profissionais, contribuindo, inclusive, para o acesso ao mercado de empregos (GAXIE, 2005).

O nível de qualificação e especialização também se apresentou como um dado importante, uma vez que 61,7% dos entrevistados possuem pós-graduação, sendo o nível de especialização o mais alto, correspondendo a 49,2% dos que possuem, seguido de 10,2% para o mestrado e 3,4% para o doutorado. De modo geral, as mulheres possuem mais qualificação que os homens, uma vez que 75% daqueles que possuem algum tipo de pós-graduação são do sexo feminino. São elas também que possuem os níveis mais altos, como mestrado e doutorado.

Além disso, é importante também relacionar este dado com o momento de entrada no universo da defesa de causas. Desse modo, foi possível identificar que, daqueles que possuem pós-graduação, os seus investimentos na qualificação profissional começaram concomitante ao exercício do cargo na instituição em que atuam. Ou seja, dos 38 casos que possuem pós graduação, 20 começaram durante o exercício do cargo que ocupam no universo da defesa de causas, 11 antes do exercício, 5 depois e o restante não sabe ou não respondeu. Isso significa dizer que a atuação profissional em entidades que se voltam à defesa de causas estimula ou até mesmo se apresenta como uma condição necessária para a qualificação profissional. O quadro 2 permite visualizar de forma mais clara o perfil destes profissionais, no que diz respeito à faixa etária, ao período de conclusão dos cursos de graduação e ao nível de qualificação.

Quadro 2 – Perfil social

FAIXA ETÁRIA	CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
22-32: 40%	2000/2010: 68,3%	Doutorado: 3,4%
33-43: 31,7%	1990/2000: 11,7%	Mestrado: 10,2%
44-54: 21,7%	1980/1990: 15%	Especialização: 49,2%
		Graduação: 37,3%

Fonte: Elaboração própria.

Associado a isto estão as variáveis que nos permitiram medir a ocupação de cargos de chefia e o índice de inserção profissional. Sobre a primeira, podemos perceber que 41,6% dos profissionais chegaram a ocupar cargos de chefias dentro das associações e/ou instituições voltadas à defesa de causas. Em sua grande maioria (60%) são mulheres. Contudo, é entre as mulheres também que podemos perceber uma dificuldade maior em alcançar os cargos de chefia quando comparados aos homens, pois do conjunto dos profissionais que nunca ocuparam chefia 74,2% são mulheres. Sobre a segunda, foi possível identificar que a entrada no universo de

causas públicas e sociais amplia as possibilidades de investimento profissional, uma vez que a maioria dos profissionais, 61,6% deles, ampliou a ocupação de cargos em outros setores depois que começou sua participação em grupos sociais ou em associações que atuam na promoção de causas. Isso se manifestou tanto na ocupação de cargos de chefia no seu setor de atuação profissional, quanto no acúmulo de outros cargos em instituições variadas, tais como: representação em comissões, atuação em assessorias e consultorias técnicas e indicações como representante em outros espaços.

Esta caracterização do perfil social dos militantes profissionais nos permitiu concluir que são, majoritariamente, mulheres, jovens, recém concluintes dos cursos de graduação e com qualificação profissional. Contudo, apesar de se observar que é entre as mulheres que se destaca um maior nível de qualificação (especialização, mestrado e doutorado), isso não traduz numa tendência crescente na ocupação de cargos de chefia. As mulheres que chegam a cargos de chefia correspondem apenas a 36,6% do universo feminino, ao passo que 52,6% dos homens conseguem tal função, conforme apresenta o quadro 3. Esta constatação está associada ao fenômeno, bastante conhecido na sociologia do trabalho, denominado teto de vidro, o qual constitui uma metáfora para compreender a barreira invisível que impede as mulheres de chegar aos cargos de direção, conduzindo a uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho (RAMALHO; SANTANA, 2010). Assim, mesmo com uma qualificação maior que a dos homens, elas esbarram nos constrangimentos de acesso aos postos de comando.

Quadro 3 – Distribuição de cargos entre homens e mulheres

HOMENS	MULHERES
Ocuparam: 52,6% Não ocuparam: 47,4%	Ocuparam: 36,6% Não ocuparam: 63,4%

Fonte: Elaboração própria.

Das lógicas objetivas: os determinantes de origem social

No que diz respeito às origens sociais dos profissionais militantes, foram utilizadas três variáveis, são elas: grau de escolarização, profissão, e participação política para cada um dos pais. Pode-se perceber, quanto à escolaridade dos pais dos questionados que 36,6% possuem o ensino fundamental (completo e incompleto);

28,3% possuem ensino médio completo; 23,3% possuem curso superior completo e 5% sem nenhum grau de escolaridade. Contudo esse dado precisa ser relacionado com a profissão do pai. Quanto a esse aspecto nota-se que a maior concentração está nas atividades manuais, sobretudo aquelas que não exigem uma qualificação técnica determinada ou formação superior, num montante de 30%, seguida por funcionários públicos (21,7%), profissionais que atuam na área da sua formação acadêmica (16,7%), profissionais que atuam em atividades comerciais (15%), atividades técnicas (13,3%) e, por último, o professorado com 1,7% e com essa mesma porcentagem os que não sabiam informar qual a profissão do pai.

Já no que se refere à participação política, a maioria dos pais, 53,3% deles, participavam de alguma instituição, 45% não participavam e 1,7% não sabiam informar. Do conjunto dos que participavam 40% estavam envolvidos em sindicatos e/ou cooperativas; 28% em associações e entidades religiosas; 6,2% partidos políticos; 3,1% movimentos sociais e os 22,7% restantes não sabiam especificar que tipo e nível de participação política possuíam os pais.

No que diz tange às origens sociais maternas, os dados se mantêm: 43,3% possuem o ensino fundamental (completo e/ou completo); 31,6% possuem nível médio completo; 23,3% possuem o nível superior completo e 1,7% de analfabetos. Quanto à profissão da mãe, a maior parte foi classificada como dona de casa, correspondendo a 35% do universo, seguida pelo professorado (16,7%), atividades manuais² (16,7%), além de profissionais que atuam na área da sua formação especializada e/ou acadêmica³ (15%), o funcionalismo público (11,7%) e, com menor concentração, as atividades comerciais, com 5%. Do contrário da participação política paterna, a maioria das mães não participou, cerca de 60% delas, de entidades ou associações. Do conjunto das 40% que tiveram participação o destaque é, na sua grande maioria, para atuação em instituições religiosas, os demais tipos de atuação estão subdivididos em outras instituições como ONGs, partidos políticos, sindicatos e associações.

Com base nestes dados, no que diz respeito às origens sociais, podemos afirmar que, apesar de se tratar de um grupo relativamente heterogêneo, podemos identificar pelo menos dois grupos. O primeiro, representando a maior parte do universo, é composto por pais com baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto, analfabetos, desempenhando atividades manuais que não exigem qualificação escolar, tais como: alfaiate, barbeiro, caminhoneiro, sapateiro, pedreiro. O segundo, composto por pais com grau de escolaridade médio e alto, com ensino médio completo e formação acadêmica e profissões que exigem ou um conhecimento

² Como atividades manuais, classificamos aqueles ofícios que não exigem qualificação especializada, como: costureira, servente, artesã, feirante.

³ Neste aspecto consideramos: psicólogas, pedagogas, biólogas.

técnico apreendido em cursos profissionalizantes ou conhecimento especializado obtido por meio do ensino superior. Consequentemente tal situação se manifesta no nível de participação política dos pais. Aqueles que se situam no segundo grupo apresentam um maior grau de participação política divididos entre associações religiosas, sindicatos e cooperativas; em contrapartida os que estão inseridos no primeiro grupo a participação política é baixa. A participação política tende a ser mais alta, portanto, nos níveis de escolarização mais elevados. A mesma correlação se mantém para o caso das mães dos entrevistados. A principal diferença é que para o caso das mães a instituição que mais se destaca é a religiosa.

Neste aspecto, cabe considerar em que medida as origens sociais e a posição social tendem a se tornar condições para o ingresso no mercado de causas sociais. Desse modo, o investimento profissional na defesa de problemas reconhecidos como sociais, tende a atrair uma categoria desprovida de recursos de origem social (econômicos, sociais e culturais), mostrando-se mais rentável em termos de acesso ao mercado de trabalho. Além disso, este tipo de atuação profissional revela um determinado uso do título escolar que pode estar associado a dois elementos fundamentais. Primeiro, as condições sociais desfavoráveis. Tais condições limitam o acesso a determinados postos no mercado de trabalho, conduzindo o ator a mobilizar um conjunto de outras habilidades possíveis para se inserir no mercado de empregos. Esta conclusão vai em direção ao que outros estudos já têm demonstrado e que consiste em evidenciar que um dos principais responsáveis pela polivalência ocupacional é a baixa condição social (CORADINI, 2010). Segundo, o uso do título escolar para atuação em espaços que exigem certo nível de engajamento com a causa pode estar associado a um passado político ou a uma experiência prévia com a política. Nessa linha, a experiência participativa dos pais, seja ela política ou religiosa, pode se apresentar como um elemento importante para um determinado uso da formação acadêmica, na medida em que tal experiência indica a aprendizagem de um saber ou a formação de um gosto. Esta condição de origem permite a formação de disposições que podem ser reativadas em contextos específicos, como a entrada no mundo dos empregos.

Nessa mesma direção, o engajamento religioso tem sido apresentado pela literatura como importante meio de ingressar e desenvolver um gosto pela participação, uma vez que se caracteriza por um tipo de ação altruísta de solidariedade e ajuda aos outros, aos desfavorecidos, aos carentes (PASSY, 1998). Desse modo, percebe-se que, apesar das mães do conjunto dos entrevistados, apresentarem uma fraca participação em instituições reconhecidamente políticas, como sindicatos, partidos políticos, por exemplo, a intensa atuação religiosa constitui um importante mecanismo de composição dos antecedentes sociais que poderiam servir como alavancas ou estimuladores do engajamento.

Passado político e investimentos militantes: o papel das redes de relações

A análise do engajamento desses profissionais em outras esferas da militância, como o movimento estudantil e a filiação partidária, permitiu apreender a seguinte situação: 65% não participou do movimento estudantil. Dos 35% que participaram, estão divididos em centro acadêmico e diretório central de estudantes (21,7%), grêmio estudantil (8,3%), e mais de uma instituição (5%). O universo acadêmico se torna, neste sentido, o grande estimulador da participação política, constituindo um importante meio de entrada na militância e no engajamento na defesa de causas. Na linha do que alguns autores já tem demonstrado, a universidade se tornou um verdadeiro viveiro de vocações políticas, uma vez que a partir da experiência no espaço acadêmico se legitimam práticas e saberes que podem ser mobilizadas para o espaço político (GRILL; REIS, 2015).

A filiação partidária dos entrevistados apresentou-se baixa, correspondendo a 80% de não filiados em partidos políticos; 18,3% com algum tipo de filiação partidária e 8,3% se classificam apenas como simpatizante. Quanto à participação em conselhos, sindicatos ou associações da categoria profissional o resultado mostra que a grande maioria, 75%, possui vínculo de filiação com alguma dessas instituições. Cabe aqui especificar que este grande número de entrevistados com participação na sua categoria profissional se deve em parte àquelas profissões que exigem a filiação em conselhos, tais como medicina e direito, o que faz com que os nossos dados tenham algum sentido, uma vez que são essas as profissões que mais se destacam.

Pode-se observar nestes casos que a participação anterior à atuação profissional na defesa de causas de outra natureza representa um total de 30% do universo pesquisado. Podemos identificar, deste modo, dois grupos no que diz respeito aos engajamentos prévios como uma condição importante para o recrutamento na defesa de causas. O primeiro grupo é composto por aqueles que não possuem uma participação prévia na militância política, seja ela acadêmica, político partidária ou em instituições e ONGs; o segundo é composto por aqueles que possuem uma inserção anterior no movimento estudantil universitário e conseqüente participação na política partidária e atuação no universo das ONGs e outras instituições e associações que atuam na defesa de causas.

Tais engajamentos anteriores representam, por um lado, a inserção em espaços de mobilização onde os atores sociais estão expostos a mensagens similares de mudança social, igualdade, justiça e participação política. Portanto, estes espaços têm um peso importante na socialização nos temas de protesto. Por outro lado, eles representam a inserção em redes de participação e o acionamento de contatos,

relações importantes que podem funcionar como estimuladores da participação profissional na defesa de causas.

Outra variável que se destaca aqui é aquela que permite questionar como o entrevistado entrou em contato com a causa que atua. Do conjunto, apenas 8,3% entraram em contato via participação em outros movimentos sociais, 5% pela divulgação na mídia de campanhas de valorização da causa e 86,7% afirmaram que entraram em contato via amigos, colegas de trabalho, familiares, colegas da universidade. Além disso, 73,4% encontraram incentivos para atuar profissionalmente na defesa de causas em amigos e colegas de trabalho. Podemos ainda destacar que dentre os fatores citados para a conquista do cargo profissional na instituição estão convites e indicações de amigos e colegas de trabalho, com 36,7% do total. Construímos, de um lado, cinco categorias de laços sociais: amigos, colegas de trabalho, família, membros de outros movimentos sociais; universidade. De outro, destacamos aqueles que entraram no movimento via a publicização da mídia

O que se percebe nestes casos é o peso dos laços sociais para o engajamento individual, sejam estes laços obtidos no interior das relações familiares, sejam eles construídos no espaço do trabalho ou das relações de amizade derivada da múltipla inserção. Segundo McAdam e Paulsen (1993) as pesquisas sobre os movimentos sociais há muito tempo vem apontando para o peso dos laços sociais no recrutamento e engajamento individual, mais especificamente o peso dos laços constituídos por redes de relações anteriores com o movimento como um elemento fundamental para a entrada e engajamento no ativismo. Tais laços com membros de organizações, ainda que de maneira indireta - como ocorre na maioria dos casos analisados - constituem importantes estimuladores da ação coletiva. Assim, o que se percebe é que os profissionais que atuam na defesa de causas estão envolvidos em uma multiplicidade de laços sociais (amigos, familiares, colegas) que os conduzem ao ativismo.

A participação em outras organizações, associações filantrópicas e conselhos constituem-se, ainda, em importante variável para a compreensão do engajamento militante. Isso nos permitiu medir o nível de participação política destes entrevistados e verificamos que todos aqueles profissionais que atuam na defesa de causas têm um alto nível de participação, uma vez que estão inseridos em mais de um espaço de defesa. Podemos identificar que 40% estão inseridos em mais de três espaços de defesa; 16,7% em mais de 4 espaços e 6,7% em mais de 5. Comparando estes dados com os anteriormente apresentados, podemos afirmar que a inserção na defesa de causas amplia os níveis de participação, aumentando as chances de multiplicar os espaços de investimento político em associações, conselhos, organizações, grupos de trabalho, dentre outros. Isso porque tal inserção possibilita o acesso a outros espaços, a formação de redes e o investimento em universos antes não acessados.

Deste modo, buscamos neste ponto, demonstrar alguns indicadores de redes, sejam elas as redes formais ou informais. Primeiro temos como redes formais a participação do indivíduo como membro de um movimento social ou de organizações e associações filantrópicas, seja como voluntário, seja como membro do quadro da organização. Os indicadores que se prestam para isso estão relacionados à participação em outros movimentos sociais, bem como ao tipo de participação (tais como: ativista, membro do quadro da organização, simpatizante). Segundo, procuramos apreender a situação importante para o envolvimento na causa em que atua e os fatores considerados relevantes para ocupação de cargos de chefia dentro do movimento. Como indicadores partimos de uma lista de questões postas aos entrevistados de como teve contato com a causa que atua, caso tenha sido via participação em outros movimentos e associações, ou ainda se foi por via de amigos, familiares e colegas de trabalho. Podemos, contudo, perceber que as redes informais compostas, sobretudo, por amigos, colegas de trabalho, familiares, constituem um importante meio de acesso tanto à entrada na causa em que atua como para a intensidade do engajamento manifestada, principalmente, pelos níveis de participação e ocupação de cargos de chefia.

Segundo nos mostram Passy e Giugni (2001), é importante na análise das redes investigarmos tanto a natureza do laço de que pretendemos mostrar a relação quanto o impacto que elas possam ter nos níveis e na intensidade da participação. Assim, as redes informais, aquelas compostas por laços de amizade, familiares e colegas de trabalho, tem efeitos significativos para entendermos os processos de recrutamento na defesa de certas causas, ou seja, na estrutura das oportunidades de participação dada pela conexão com os laços sociais. As redes têm a função de socialização e facilitam um envolvimento nos movimentos sociais contribuindo assim de forma significativa na participação individual. Deste modo, as redes não são apenas condição de participação, mas tem um efeito decisivo na intensidade do engajamento. De acordo com os autores citados as redes têm três funções determinantes: primeiro constituem estruturas de conexão que funcionam como oportunidades para participação; segundo elas socializam os indivíduos nos temas de protesto e terceiro contribuem para construção da decisão se tornar envolvido na causa.

Portanto, podemos testar a hipótese levantada por Passy e Giugni (2001), como uma das principais questões extraídas destes dados, de que as redes de relações sociais contribuem tanto para entrada no engajamento quanto para a intensidade da participação. Podemos ainda especificar a dimensão do laço social que pode ter algum efeito como facilitador do ativismo. Isto quer dizer, mais precisamente, se este laço tem origem em redes formais (organização, movimentos, instituições) ou informais, estes últimos caracterizados pelas relações interpessoais obtidas pelas esferas da amizade, família e trabalho.

Considerações finais

Este artigo analisou a relação entre atuação profissional e engajamento militante a partir do exame dos perfis sociais dos atores que investem seu conhecimento e seu saber na defesa de determinadas causas. Uma das principais constatações presentes neste tipo de estudo é que a entrada de profissionais qualificados no espaço do engajamento pode ser considerada como parte do processo de reconfiguração e diversificação da ação militante. Tais constatações contribuem para formar uma agenda de pesquisa que busca compreender o que faz com que os profissionais consagrem sua vida profissional na defesa de causas. Deste ponto de vista, esta pesquisa se inscreve dentro das problematizações que procuram apreender a relação entre lógicas objetivas e situacionais. Dito de outra forma, isto significa levar em consideração tanto as condições sociais, políticas e profissionais dos percursos individuais que influenciam o engajamento, quanto as configurações que estruturam a oferta militante (COLLOVALD, 2002).

A análise dos questionários nos permitiu construir um quadro amplo de características comuns entre os entrevistados que se tornou fundamental para compreensão dos recursos que definem este tipo de investimento e dos condicionantes que podem ser considerados estimuladores para o engajamento. Este quadro permitiu perceber que se trata, de modo geral, de jovens, recém formados, voltados à defesa dos direitos humanos e formados em direito. Dentro desta caracterização geral ainda foi possível perceber que a presença de mulheres é significativamente maior que a presença de homens e isso se deve, em parte, à própria configuração das causas sociais e relação entre gênero e militância. Nessa linha, determinadas causas, como direitos humanos, são mais associadas às qualificações de gênero e às chamadas atribuições de gênero. Nessa mesma direção certas atividades, como o direito, são mais suscetíveis de ser objeto de mobilização política devido à definição própria do ofício e seu compromisso ideológico com a chamada defesa da justiça.

O exame do nosso universo de análise demonstrou dois aspectos centrais. Primeiro, podemos perceber, como exposto anteriormente, que a recente entrada no mundo do trabalho, a busca por emprego e a luta constante daqueles que são jovens formados para se manter no ofício, representa um condicionante fundamental que estimula o investimento na defesa de causas. Dessa forma foi possível verificar que a situação profissional- marcada pela recente entrada no mundo do trabalho- se tornou um condicionante do engajamento na defesa de causas. Devido à configuração do mercado de trabalho – inflação dos diplomas, intensa concorrência – os jovens recém formados, dotados de escassos recursos que lhes permitam concorrer no espaço profissional, são colocados diante da situação de terem de criar seus próprios empregos. A limitada opção profissional os conduz ao investimento na defesa de

causas como uma estratégia de sobrevivência no mercado de empregos. Assim, a experiência militante é facilmente reconvertida no mercado. Segundo, ele permitiu identificar o peso dos laços sociais para entrada e permanência no universo das causas sociais. Ao passo que se envolvem no ativismo, dadas as situações próprias de suas carreiras, os profissionais vão construindo laços, firmando compromentimentos com a causa e redefinindo o seu papel profissional.

PROFESSIONAL CAREER AND SOCIAL ACTIVISM: THE LOGICS OF COMMITMENT TO THE DEFENSE OF CAUSES

ABSTRACT: *This paper analyzes the objective logic of professional commitment to the defense of social causes in the city of Aracaju/Sergipe. The methodological procedure consists in questionnaires given to professionals who occupy positions in institutions oriented towards collective causes, in order to identify who they are, where they come from and what is the main basis for their social resources. This research details the profile of these professionals, their social and political backgrounds as well as the role of formal and informal relationship networks as the main access channel to the causes.*

KEYWORDS: *Professional action. Individual commitment. Social activism.*

REFERÊNCIAS

AGRIKOLIANSKI, E. Les usages protestaires du droit. In: AGRIKOLIANSKI, E. et al. **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010. p.225-243.

_____. **La ligue Française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1994**. Paris: L'Harmattan, 2002.

BARBALHO, R. **Feminização das carreiras jurídicas**: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____.; BONELLI, M. G. O Profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.11, n.2, p.275-284, jul./dez. 2008.

COLLOVALD, A. Pour une sociologie des carrières morales. In: _____. **L'humanitaire ou le management des dévouements**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p.177-225.

CORADINI, O. L. Titulação escolar, condição de “elite” e posição social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, p.45-197, 2010.

DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **Le travail humanitaire**: les acteurs de ONG, du siège au terrain. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

FILLIEULE, O. Travail militant, action collective et rapports de genre. In: _____.; ROUX, P. **Le sexe du militantisme**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009. p.23-72.

GAXIE, D. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. **Swiss Political Science Review**, [S.l.], n.11, p.157-188, 2005.

GRILL, I.; REIS, E. T. A universidade como um viveiro de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Repocs**, São Luís, v.12, n.23, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controversias sobre o processo de mercantilização do trabalho do cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.46, jan./abr. 2016.

LECHIEN, M. H. Aider les autres: trajectories professionnelles, reconversions militantes et valorisation de la personne. In: COLLOVALD, A. **L’humanitaire ou le management des dévouements**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p.79-132.

LOCHARD, I.; SIMONET, M. Les experts associatifs, entre savoirs profanes, militants et professionnels. In: DEMAZIÈRE, D. GADÉA, C. **Sociologie des groupes professionnels**. Paris: La Découverte, 2009. p.274-284.

McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.99, n.3, p.640-667, 1993.

_____.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v.1, n.76, p.11-48, 2009.

MEIMON, J. La socialisation militante des professionnels de la solidarité internationale. In: DAUVIN, P.; SIMÉANT, J. **ONG et Humanitaire**. Paris: L’Harmattan, 2004. p.91-114.

OLIVEIRA, W. J. F. Representações biográficas, identidades militantes e atuação profissional em ONGs. **Composição: Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v.4, p.79-94, 2010.

_____. Abertura política, militância múltipla e proliferação de protestos públicos em defesa de causas ambientais. **Cadernos CERU**, São Paulo, v.20, p.223-239, 2009.

PASSY, F. **L'action altruiste**. Geneve: Droz, 1998.

_____.; GIUGNI, M. Social networks and individual perceptions: explaining differential participation in social movements. **Sociological Forum**, [S.l.], v.16, n.1, p.123-153, 2001.

PETRARCA, F. R. A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito. **Cadernos CRH**, Salvador, v.27, p.181-199, 2014.

_____. Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no RS. **Comunicação & Política**, [S.l.], v.26, p.27-54, 2008.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SERGIPE. (Estado). **Instituto Braços**. Defesa de direitos e controle social. Aracajú: Instituto Braços, s.d. Disponível em:<www.institutobracos.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

Recebido em 26/02/2015.

Aprovado em 06/06/2016.